



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**CURRÍCULO, ENSINO-APRENDIZAGEM E GESTÃO ESCOLAR.**

**HERMES GUALBERTO DA FONSECA**

**Belo Horizonte  
2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**TÍTULO DA ANÁLISE**

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação do (a) Professor (a) Anderson Ribeiro do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**Belo Horizonte  
2013**

HERMES GUALBERTO DA FONSECA

**CURRÍCULO, ENSINO-APRENDIZAGEM E GESTÃO ESCOLAR**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em \_\_\_\_ de novembro de dois mil e treze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

---

Prof. Nome completo do Professor – Avaliador

---

Prof. Anderson Ribeiro – Orientador

---

Hermes Gualberto da Fonseca - Cursista

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos que acreditaram e acreditam na Educação como caminho de transformação humana, e lutam pela qualidade e valorização do ensino. Em especial aos meus professores de infância que me deixaram lembranças de uma escola querida, as Professora Celeste Brandão e Tereza Epifânio; na adolescência e juventude, Professores Ilza Gontijo Goulart, João Baima Galvão, Antônio Esteves de Faria; amigos de profissão, professores Olívia Joana Rodrigues e Alisson Augusto Ferreira.

À Ruben Alves, que me fez confirmar que a educação/escola precisa e pode ser um local de emoções, de humanização; Paulo Freire, que mostra uma escola inserida no processo social de construção de cidadania, com consciência de democracia política participativa

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Sr<sup>a</sup>. Salete Pinto – Secretaria Municipal de Educação de Divinópolis – SEMED, que me ofereceu o curso de gestão; a Sr<sup>a</sup>. Marlene Andrade, companheira de grupo e estudo, Sr<sup>o</sup>. Anderson Ribeiro, orientador do curso, as Sr<sup>as</sup>. Angela Fonseca e Maria Angélica, professoras da UFMG do Curso de Gestão.

Aos meus companheiros de trabalho, pelo incentivo e acompanhamento.

A minha esposa, Valéria Sanches e filhas Clara Elísi e Vitória Maria, que acreditam em mim como profissional de educação e estão sempre comigo sem exigir nada em troca, torcendo pelo meu sucesso.

## EPÍGRAFE

*E é isso que devem fazer os professores. Uma aula é um prato de saberes/sabores que ele serve. E os alunos devem comer. E tem muita comida gostosa. Mas, infelizmente, eles são como os cozinheiros do exército: são obrigados a fazer o que o general manda.*

*ALVES Ruben, A aula e o seminário. Editora Papyrus – 1999.*

## RESUMO

Falar de gestão democrática na educação e agir de forma que assegure os princípios propostos, é um desafio para o gestor da escola, mesmo que tenha pelo menos o Conselho Escolar. Ao construir o Projeto Político Pedagógico da escola através de estudos, pesquisas e informações, percebeu-se um distanciamento entre a teoria e a prática em como planejar coletivamente os aspectos administrativos e pedagógicos. Um dos aspectos mais notável foi a concepção de currículo e a sua abrangência no processo de ensino-aprendizagem. Portanto, dissertar o TCC, sobre currículo tem o objetivo de mostrar que currículo vai além da proposta curricular contida nos livros didáticos e que através de uma concepção mais ampla, com metodologia de Pedagogia de Projetos que proporciona a interdisciplinaridade e a humanização da escola é possível assegurar a qualidade do ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Currículo, Gestão Escolar Democrática, Educação

## SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	08
1.	CURRÍCULO, ENSINO-APRENDIZAGEM E GESTÃO ESCOLAR.....	10
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	17
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	19
	ANEXO .....	21

## INTRODUÇÃO

A gestão democrática e participativa na elaboração de metas, objetivos e resultados, que satisfaça o anseio de uma comunidade, seja empresarial, governamental ou mesmo escolar, tem os seus desafios devidos à vários fatores: intencional, cultural, social, econômico, envolvendo o tempo que é necessário para envolver os interessados. A democracia participativa direta, ainda é um nível de consciência que precisa ser despertado na sociedade, ocupando seu espaço e sentindo o direito de ser consultado e ouvido. Nas últimas décadas aconteceu uma grande evolução da cidadania crítica social dos, problemas que envolvem os interesses comunitários protegidos pelos Direitos Humanos, as Constituições e órgãos consultivos e deliberativos tendo o cidadão uma luta pelos seus direitos e deveres.

No sistema educacional percebe-se um grande avanço da gestão democrática, com a existência da participação da comunidade escolar em pequena ou grande escala através de planejamentos coletivos, Conselho Escolar, Caixa Escolar, Grêmio Estudantil, Associação de Pais e Mestres, Conselho Municipal de Educação, Conselho de Acompanhamento e Controle do FUNDEB, Eleições de Dirigentes Escolares, Conferências de Educação, Sindicato de Classe e outros. Especificamente para a educação encontramos leis, decretos, resoluções, pareceres que determinam a gestão democrática envolvendo a comunidade escolar, como a LDB: Nº. 9.394/1996,

Art.12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do sistema de ensino terão a incumbência de:

- I – elaborar e executar sua proposta pedagógica;
- II- administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;

Art.13. Os docentes incumbir-se-ão de:

- I – participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino,

Art.14. Os sistemas de ensino definirão a normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

Sendo assim, com o Projeto Político Pedagógico (PPP) fica definido a identidade da escola, a sua visão de educação, a ideologia política social que irá embasar as ações administrativas e pedagógicas no processo de ensino-aprendizagem como comenta Azevedo (2004),

Falar sobre o projeto pedagógico (PPP) da escola, considerando a realidade educacional do Brasil de hoje, necessariamente nos leva a fazer a sua ligação com as práticas de gestão que nela têm tido curso. Isto porque, dentre outros aspectos, uma das efetivas conquistas que as forças progressistas conseguiram registrar na Constituição de 1988 e referendar na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996 foi a gestão democrática do ensino público como um dos princípios em que deve assentar a Educação Nacional. (AZEVEDO, 2004, s.d).

Dentro desse contexto, o eixo destinado ao currículo no PPP, precisa estar em consonância com a educação que se quer, pois, no processo de ensino aprendizagem o Currículo e a Metodologia são partes primordiais. Uma das funções da escola é a transmissão dos conhecimentos acumulados ao longo do tempo pela humanidade, é preciso rever o conceito de “Currículo”. Precisa-se pensar o que se deve ensinar e aprender ao longo do tempo/espço escolar. A educação/escola foi se transformando ao longo dos anos na expectativa de atender as necessidades de cada época, ao mesmo tempo respondendo uma posição política e econômica de governo. Em cada época estas transformações aparecem como desafios e de exigências de mudanças de paradigmas. Com a globalização, as transformações tecnológicas favoreceram o surgimento da chamada era da informação, que exige da educação repensar a sua prática de métodos de aprendizagem.

## 1. CURRÍCULO, ENSINO-APRENDIZAGEM E GESTÃO ESCOLAR.

Da etimologia grega “curriculum”, significa “pista de corrida” (Hollebn, 2002), que pode ser entendido, no campo da educação, como todo o conhecimento que ensina e o que deve ser ensinado na escola, sendo uma expressão de uma concepção de mundo, de homem, influenciando no tipo de cidadão/sociedade que se quer formar. De acordo com Hollebn (2002),

O currículo deve ser entendido como processo, que envolve uma multiplicidade de relações, abertas ou tácitas, em diversos âmbitos, que vão da prescrição à ação, das decisões administrativas às práticas pedagógicas, na escola como instituição e nas unidades escolares especificamente. Para compreendê-lo e, principalmente, para elaborá-lo e implementá-lo de modo a transformar o ensino, é preciso refletir sobre grandes questões. (HOLLEBN,2002.p.3,4,5,6,7).

O conceito definido pela maioria dos profissionais da educação sobre currículo, é que ele é o conteúdo programado nos livros didáticos. Saviani, (2002) amplia este conceito,

O saber escolar, organizado e disposto especificamente para fins de ensino-aprendizagem, compreende não só aspectos ligados à seleção de conteúdos, mas também os referentes a métodos, procedimentos, técnicas, recursos empregados na educação escolar. Consubstancia-se, pois, tanto no Currículo quanto na Didática. (SAVIANE, 2002, p.8)

O currículo compreendido no “Plano Curricular” e todas as atividades escolares desenvolvidas para a formação do educando deve ser associado à evolução social e tecnológica da era da globalização para que a escola não se torne uma instituição a parte do processo educacional como um todo. Para enfrentar estes desafios na era do conhecimento da informatização, Moacir Gadotti (2000) cita,

A virada do milênio é razão oportuna para um balanço sobre as práticas e teorias que atravessam os tempos. Falar de “perspectivas atuais na educação” é também falar, discutir, identificar o “espírito” presente no campo das idéias, dos valores e das práticas educacionais que as perpassam, marcando o passado, caracterizando o presente e abrindo possibilidades para o futuro. Algumas perspectivas teóricas que orientam muitas práticas poderão desaparecer, e outras permanecerem em sua essência. Quais teorias e práticas se fixaram no

ethos educacional, criaram raízes, atravessaram o milênio e estão presentes hoje? Para entender o futuro é preciso revisar o passado. No cenário da educação atual podemos destacar alguns marcos, algumas pegadas, que persistem e poderão persistir na educação do futuro. (GADOTTI,2000,p.2).

Assim, reafirma que a finalidade da escola é promover o ensino-aprendizagem, da alfabetização ao mais complexo conhecimento produzido pelo ser humano, e o currículo torna-se peça fundamental para que a escola desenvolva sua função. Numa perspectiva, de formação humana cidadã, crítica e social. O currículo deve buscar solucionar os problemas da educação e da escola, com definições de concepção de educação e de mundo que envolve a escola.

O currículo escolar entendido por muitos educadores de uma forma simplista, sem inserimento da interdisciplinaridade no contexto sócio-político econômico, como um conjunto de conteúdos a serem ensinados em uma seqüência ou ordem, determinados pelo planos nacionais de educação e prescritos em livros didáticos sofreu influências européias como também americana, interferindo na formação cidadã da população brasileira.

Santos e Paraíso, (1995) conceituam currículo e sua mudança de definições ao longo dos últimos anos como “arranjo sistemático de matérias”, “elenco de disciplinas e conteúdos”, “conjunto de estratégias para preparar o jovem para a vida adulta”, “conjunto de atividades e dos meios para se alcançarem os fins da educação”. No final da década de 80 e início de 90, o currículo é relacionado a todas as esferas da vida humana e suas relações sociais local e global, voltadas para a democracia participativa.

O currículo passa a ser problematizado a partir de suas relações com as esferas políticas, econômicas e socioculturais, sendo entendido como todas as experiências e conhecimentos proporcionados aos estudantes no cotidiano escolar, através tanto do currículo explícito quanto do currículo oculto. (SANTOS, PARAÍSO, 1995,p.12).

O currículo é constituído do “currículo oficial”, (Proposta Curricular e livros didáticos), “currículo formal”, (atividades do dia-a-dia), “currículo em ação ou real”, que estão embutidos um no outro, o “currículo oculto” que não é dado o seu devido valor na formação do aluno, pois, ele é,

O conjunto de normas e valores implícitos nas atividades escolares, porém não mencionados pelos professores ou não intencionalmente buscados por eles. São, portanto, aprendizagens ou efeitos de aprendizagem não intencionais que se dão como resultado de certos elementos presentes no ambiente escolar. (SANTOS e PARAÍSO, 1995,p.2)

O currículo vazio ou nulo, (conhecimentos ausentes).

Chamados de “campos de silêncio” ou de “omissões”, seu significado é fundamental para entender o currículo como espaço de afirmação e negação de elementos das diferentes culturas, produzindo efeitos sobre o estudante, tanto em função do que diz como daquilo que silencia. (SANTOS, PARAÍSO, 1995.p.2).

Vimos de uma cultura escolar que se dava o valor supremo ao português e a matemática, ficando os outros conteúdos como de menor importância, sem centralizar a formação do aluno como um indivíduo social, conhecedor de sua história e protagonista de uma sociedade moderna pesquisadora e científica.

Com as leis pautando a educação, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, hoje, Lei Federal Nº. LDB.9.394/1996, o Plano Decenal de Educação, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), é assegurado propostas de direito e acesso a educação e a qualidade de ensino. Os conteúdos devem ser compreendidos pelos professores como meio de os alunos desenvolverem suas capacidades, de se tornarem cidadãos autônomos numa sociedade complexa de conhecimentos e aprendizagens.

O ensino proposto pela LDB está em função do objetivo maior do ensino fundamental, que é o de propiciar a todos formação básica para a cidadania, a partir da criação na escola de condições de aprendizagem para:

I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura e do cálculo;

II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV- o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social". (LDB.9.394/96. Art.32)

Toda essa estrutura organizativa de leis não basta para que ocorra a finalidade da educação e o sucesso escolar do aluno. É preciso investir na formação continuada dos professores, na valorização profissional, na organização do tempo escolar que favoreça o planejamento coletivo de decisões e avaliações, e em uma proposta pedagógica que possibilite o aprendizado com autonomia do aluno, tornando-se construtor do seu conhecimento. Esta possibilidade é possível na proposta de "Pedagogia de Projetos". Silva, (2001) diz: "a proposta de pedagogia de projetos objetiva auxiliar na construção da democracia." E continua,

Na pedagogia de projetos os discentes são estimulados a pesquisarem determinado tema em vez de somente escutarem sobre ele. A aprendizagem passa a ser considerada "uma produção ativa ( e não passiva) de significados em relação aos conhecimentos sociais e à própria bagagem do aprendiz.(HERNANDEZ,2000,p.178).Por esse motivo, um currículo estruturado em torno da pedagogia de projetos deve priorizar não o ensino de determinados conteúdos, mas a criação de estratégias de organização dos conhecimentos escolares." " Um currículo organizado em torno da pedagogia de projetos, portanto, não prioriza tanto os conteúdos que serão trabalhados, mas procura organizar experiências educativas que permitam a criação de estratégias para organização do conhecimento. ( SILVA,2011.p.32).

O planejamento coletivo para execução de atividades que proporcione uma inovação da prática pedagógica para o aprendizado global do educando é um desafio da escola, pois a organização do tempo escolar, o plano curricular em hora/aula de cinquenta minutos, a formação do professor, são aspectos que precisam ser avaliados a validade para a qualidade do ensino. O peso do conceito e da prática da interdisciplinaridade existente entre os educadores pode ser amenizado através da pedagogia de projetos, da socialização dos saberes. Santos, (2012), cita,

Para que se possa melhor compreender o que e como se elabora um projeto temático interdisciplinar, faz-se necessário, primeiramente, compreender o significado da palavra interdisciplinaridade, que pode ser definida como uma interação entre duas ou mais áreas do conhecimento, tendo em vista em vista o alcance de um objetivo comum. (SANTOS.2012,p.29).

A abordagem interdisciplinar traz possibilidades de enriquecimento ao processo ensino/aprendizagem por meio de novos enfoques ou da combinação de perspectivas diferentes, incentivando a busca de caminhos alternativos, além dos saberes já adquiridos, instituídos e institucionalizados. (SANTOS, 2012, p.30).

E educação tem a função do processo ensino/aprendizagem, a alfabetização e a socialização do conhecimento histórico, fazendo com que o homem evolui da barbárie à humanização e se torne ser social, cidadão. O homem não tem o destino trabalhar, produzir capital e tornar-se máquina. Ele é dotado de emoção, sensibilização para estar em sociedade, ser protagonista de se mesmo. A educação/escola precisa resgatar através de sua prática pedagógica o humanismo. O currículo é a chave para este desenvolvimento humano. Lima, p.18, escreve,

Na antropologia, humanizar é o processo pelo qual todo seu humano passa para se apropriar das formas humanas de comunicação, para adquirir e desenvolver os sistemas simbólicos, para aprender a utilizar os instrumentos culturais necessários para as práticas mais comuns da vida cotidiana até para invenção de novos instrumentos, para se apropriar do conhecimento historicamente construído e das técnicas para a criação nas artes e criação nas ciências. (LIMA.2005, p.18).

Um currículo para a formação humana introduz sempre novos conhecimentos, não se limita aos conhecimentos relacionados às vivências do aluno, às realidades regionais, ou com base no assim chamado conhecimento do cotidiano. É importante alertar para a diferença entre um currículo que parte do cotidiano e aí se esgota e um currículo que engloba em si mesmo não apenas a aplicabilidade do conhecimento à realidade cotidiana vivida por cada grupo social, mas entende que conhecimento formal traz outras dimensões ao desenvolvimento humano, além do “uso prático”. (LIMA.2005. p.20)

Os conceitos de interdisciplinaridade, humanismo e pedagogia de projetos se ajustam numa proposta pedagógica, quando envolvem vários atores numa ação que proporcionam uma visão holística das realidades que compõem a sociedade, cria-se novos conceitos de mundo e de uma realidade social,

política e econômica compreensível para os educandos. Gonçalves, (1996), comenta que,

[...] a interdisciplinaridade torna-se objeto de pesquisa, estudos e debates, rumo ao desafio da prática. No nível teórico, as indagações incorporam a questão da transdisciplinaridade, à procura de sínteses unificadoras que possibilitem ao aluno aprender a pensar sobre a realidade e a aprendê-la.

Nesse desafio, a ação intertransdisciplinar adquire um significado político: reúne contribuições de todas as áreas do conhecimento num processo de elaboração do saber voltado para a compreensão da realidade, para a descoberta de potencialidades e alternativas de se atuar sobre elas, visando transformá-la.(GONÇALVES, 1996.p.47).

O currículo e ação pedagógica devem ser pensados de acordo com a função e a realidade social escolar, isto porque, todo ser é portador de um conhecimento que não necessita da escola acadêmica, e esta escola precisa desenvolver sua função de ensino-aprendizagem. Lima(2008) cita,

O que não é do domínio do desenvolvimento, precisa ser ensinado. Apropriar-se da língua escrita, ler e escrever, formar conceitos de história, geografia, ecologia e de outras matérias, desenvolver o pensamento matemático, aprender a escrever matematicamente uma operação, tudo isto depende do ensino.

Portanto, na elaboração do currículo deve-se considerar o que é do desenvolvimento da espécie. Para promover o desenvolvimento humano, a escola deveria partir do que a criança desenvolve por si mesma e propor novas aprendizagens que façam uso destas manifestações da função simbólica que são próprias da espécie. (LIMA,2008.p.36).

O desenvolvimento do currículo é a possibilidade de proporcionar ao educando novos conhecimentos que o fará escrever/reescreve a sua história com suas próprias convicções sociais, políticas. Como em tudo na vida é preciso um direcionamento, a ação pedagógica necessita de planejamentos e avaliações das atividades propostas para atingir os objetivos do processo ensino-aprendizagem. Portanto, faz-se necessário o Projeto Político-Pedagógico, que terá a identidade da escola e norteará as ações a serem desenvolvidas de acordo com a visão da comunidade escolar, sem perder a real função da escola.

É um desafio, mas é urgente encontrar um direcionamento para a participação em especial dos profissionais da educação com a comunidade escolar e no coletivo repensar uma organização do tempo escolar que favoreça aos grupos coletivos o planejamento voltado para a qualidade do ensino-aprendizagem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que é educação, escola e ensinar? O que evoluiu ou precisa evoluir na educação? Percebe-se uma clareza das teorias e propostas pelos responsáveis maiores do processo e uma nebulosa por parte de quem exerce a tarefa do ensino-aprendizagem, em especial nas escolas dos anos finais, isto é, do 6º ao 9º ano do ensino fundamental. Na década de 1980, quando comecei a lecionar, tenho a impressão de que a escola era mais definida, o que e como ensinar, os resultados eram mais eficientes, a burocracia era mais leve e a tecnologia bem dizer não existia. É notável um clamor sobre o que fazer com a educação/escola.

O Curso de Gestão Escolar me fez ler, estudar muito e sempre percebia uma clareza por parte dos teóricos e uma contradição por parte da administração na execução de certas determinações de como gerenciar os diversos aspectos da vida escolar: questões pedagógicas, administrativas, financeiras. A educação não é vista como prioridade para sociedade e cabe a direção escolar resolver da melhor forma possível. A necessidade de se ter um Projeto Político Pedagógico que determinasse a vida escolar é sentida por muitos. Mas como fazer, que passos tomar? É visto como algo difícil de concretizar. O Curso Gestão Escolar desmitificou esta idéia e fortaleceu a necessidade e importância de se ter o PPP. Entre teóricos cito Azevedo, (2004), e Veiga, (2002),

Falar sobre o Projeto Político-Pedagógico da escola, considerando a realidade educacional do Brasil de hoje, necessariamente não leva a fazer a sua ligação com práticas de gestão que nela têm tido curso. Isto porque, dentre outros aspectos, uma das efetivas conquistas que as forças progressivas conseguiram registrar na Constituição de 1988 e referendar na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996 foi a gestão democrática do ensino público como um dos princípios em que deve se assentar a Educação Nacional. (AZEVEDO.2004,s.d.)

O Projeto Político-Pedagógico tem a ver com a organização do trabalho pedagógico em dois níveis: como organização da escola como um todo e como organização da sala de aula, incluindo sua relação com o contexto social imediato, procurando preservar a visão de totalidade. Nesta caminhada será importante ressaltar que o projeto político-pedagógico busca a organização do trabalho pedagógico da escola na sua globalidade. (VEIGA.2002,p.14).

Percebe-se que falta vontade política em investir na educação num todo, desde a rede física, valorização dos profissionais, formação adequada que favoreça a qualidade de ensino. Magda Soares, em entrevista para a Revista Pedagógica, responde a pergunta “Em relação ao currículo, como você vê a situação do Brasil?”

Temos avaliações externas nacionais, como o sistema de Avaliação de Educação Básica (Saeb), Prova Brasil, Provinha Brasil etc. Ora, instrumentos de avaliação só podem ser feitos com base num currículo. Mas não existe um currículo no Brasil. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e outros documentos que se propõem a ser orientações curriculares são mais uma conversa com os professores, não uma definição clara das habilidades a desenvolver ao longo de cada etapa de ensino.

Há provas externas para avaliar o que foi desenvolvido, mas os professores não sabem previamente o que se espera que seja desenvolvido. É uma contradição neste País. Não temos um currículo que defina, por exemplo, “no fim do primeiro ano, a criança deve ser capaz de...”, ou “ao fim da educação infantil, a criança deve ser capaz de ...”. Mas temos avaliações externas que verificam do que a criança é capaz em cada etapa. (Monteiro, Machado, 2012, p.11/12). Concluir este curso, fortaleceu as minhas convicções e desejos que expressei na “exposição de motivos (trabalho inicial do curso)”, “No momento atual, é percebível pela sociedade o papel que a educação escolar exerce no fortalecimento do conhecimento científico, cultural, social, político, econômico, e qual transformação ocorre na vida do cidadão quando frequenta um estabelecimento de ensino”.

## REFERÊNCIAS

HOLLEBN, India Mara Ap. Dalavia de Souza. Teoria Crítica e Pós-Crítica de Currículo – As contradições do embate contemporâneo. 2002.

GADOTTI, Moacir. Desafios para a era do conhecimento. Texto da coleção memória da Pedagogia, revista Viver Mente & Cérebro, publicado com exclusividade na internet pelo Portal Estadão.

SANTOS, Lucíola Paixão, PARAISO, Marlucy Alves. O currículo como instrumento de viabilização do direito. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em: 05/05/2013.

BRASIL. LEI.Nº.9.394/1996. – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Editora do Brasil S/A. Art.12,13,14,32.1996.

SILVA, Maria Carolina da. Currículo: algumas organizações possíveis. Revista. Presença Pedagógica. V.17.nº.98.mar/abr.2011.

SANTOS, Pereira dos Santos. Pedagogia de Projetos – favorecendo as ações educativas. Revista; AMAE educando – 391. Outubro. 2012. P.29.

LIMA, Elvira Souza. Currículo e Desenvolvimento Humano. São Paulo. Editora Sobradinho. 107, 2005.

GONÇALVES, Francisca dos Santos. Texto: Um olhar sobre a interdisciplinaridade. Ministério da Educação – Série de Estudos – Educação a Distância. Um olhar sobre a Escola.

LIMA, Elvira Souza. Indagações Sobre Currículo: currículo e desenvolvimento humano. p. 36. Brasília. 2008.

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. O Projeto Político-Pedagógico no contexto da gestão escolar. 2010. Disponível em: [moodle3.mec.gov.br/ufmg](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg). Acesso em: 10/08/2013.

**ANEXO – PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA  
EM JOÃO SEVERINO DE AZEVEDO**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FaE)  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO - PEDAGÓGICO  
ESCOLA MUNICIPAL “JOÃO SEVERINO DE AZEVEDO.**

**HERMES GUALBERTO DA FONSECA**

**MARIA MARLENE DE ANDRADE**

**BELO HORIZONTE**

**2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FaE)  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO - PEGADÓGICO  
ESCOLA MUNICIPAL “JOÃO SEVERINO DE AZEVEDO”.**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação do (a) Professor (a) Anderson Ribeiro do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE  
2013**

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	3
1. FINALIDADES DA ESCOLA .....	6
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL .....	9
2.1 Estrutura Organizacional Administrativa .....	10
2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica .....	12
3. CURRÍCULO .....	15
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES .....	20
5. PROCESSOS DE DECISÃO .....	24
6. RELAÇÕES DE TRABALHO .....	26
7. AVALIAÇÃO .....	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	32
REFERÊNCIAS .....	33
ANEXOS .....	36

## INTRODUÇÃO

A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, Nº.9.394/1996, no Art.12, parágrafo I determina uma ação importante da escola que é “elaborar e executar sua proposta pedagógica” e assegura no Art. 13, parágrafo I o direito de participação dos docentes e democratização do processo educacional quando cita: “participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;” e no Art. 14, parágrafo I um princípio fundamental que é a “participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;”. A participação de todos os envolvidos no processo de ensino aprendizagem garante a escola ter uma identidade que responda aos interesses da comunidade escolar: que tipo de escola queremos ter, que aluno, cidadão queremos formar, que ideologia política social fundamentará sua ação pedagógica.

Analisando as consequências do envolvimento popular na gestão democrática Azevedo (2004) comenta,

Falar sobre o projeto pedagógico (PPP) da escola, considerando a realidade educacional do Brasil de hoje, necessariamente nos leva a fazer a sua ligação com as práticas de gestão que nela têm tido curso. Isto porque, dentre outros aspectos, uma das efetivas conquistas que as forças progressistas conseguiram registrar na Constituição de 1988 e referendar na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996 foi a gestão democrática do ensino público como um dos princípios em que deve se assentar a Educação Nacional. (AZEVEDO, 2004, s.d.)

Na construção do Projeto Político Pedagógico é importante a participação de todos os envolvidos no processo educacional, isto faz a comunidade escolar se sentir responsável e como sua a escola. A escola é um espaço de construção de uma sociedade no seu tempo, com suas exigências. Azevedo(2004) cita a importância da participação de todos,

Portanto, o processo de democratização e implementação do projeto Político Pedagógico, como um instrumento de gestão democrática, para não cair num vazio, não pode prescindir da participação ativa dos atores locais: a comunidade escolar, através de práticas que considerem e se adaptem às especificidades de cada escola e à sua cultura, manifestas nos ritos e

práticas dantes mencionadas e na consideração da origem dos mesmos. (AZEVEDO, 2004, s.d.).

Se o Projeto Político Pedagógico (PPP) deve ser uma construção coletiva a partir de demandas reais apontadas por professores, alunos, pais, diretores e comunidade em geral, é necessário que os envolvidos tenham consciência da função social e da problemática que envolve a escola e traçar caminhos para superar os obstáculos que dificultam a qualidade do ensino oferecido. Oliveira (2001) em seu texto comenta os caminhos para a construção do PPP,

De acordo com Veiga (1998), existem vários caminhos para a construção do PPP, uma vez que ele retrata o entendimento e o percurso possível trilhado em cada uma das escolas. Todavia, é possível apontar três movimentos básicos deste processo de construção do PPP, denominados pela autora de Ato Situacional, Ato Conceitual e Ato Operacional.

O objetivo do Ato Situacional é aprender o movimento interno da escola, conhecer seus conflitos e contradições, fazer seu diagnóstico e definir onde é prioritário agir.

No Ato Conceitual, a escola discute a sua concepção de educação e sociedade, homem, educação, escola, currículo, ensino e aprendizagem, visando a um esforço analítico da realidade constatada no Ato Situacional, e vai definindo como as prioridades devem ser trabalhadas.

O como realizar as tarefas configura o Ato Operacional, que refere-se às atividades a serem assumidas e realizadas para mudar a realidade das escolas. Implica a tomada de decisão para atingir os objetivos e as metas definidas coletivamente. (...) A avaliação é também responsabilidade coletiva e parte integrante do processo de construção do PPP. (OLIVEIRA, 2001, s.d.)

Se a construção do Projeto Político Pedagógico representa a organização do trabalho administrativo e pedagógico da escola na globalidade de suas ações visando a formação do cidadão social- crítico no ensino aprendizagem é preciso assegurar os meios de participação permanente da comunidade escolar através de vários instrumentos como cita Souza, (2005);

Conferência da Educação, Conselho Municipal da Educação, Conselho de Acompanhamento e Controle do FUNDEB, Orçamento Participativo (na Educação), Eleições de Dirigentes Escolares, Conferência Local da Comunidade Escolar, Conselho Escolar, Associação de Pais, Grêmios Estudantil. Essas instituições auxiliam de forma importante a ampliação da democracia nos processos de gestão e organização da escola". (SOUZA, 2005, s.d.).

Com a construção coletiva do Projeto Político Pedagógico, a escola adquire uma identidade, uma proposta de trabalho de forma autônoma, com capacidade de definir posicionamentos perante os desafios que se apresentam no dia-a-dia da escola, num processo de reflexão e discussão dos problemas da escola, na busca de alternativas viáveis e efetivas para a solução do processo de ensino aprendizagem.

A Escola Municipal “João Severino de Azevedo”, criada pela Lei Municipal Nº: 2.819 de 06/12/1990, está localizada no bairro Davanuze, à Rua Joaquim Manoel Pereira , nº.920, CEP: 35.500-524, telefone: 3213.4730, email: [emjsa@.mg.gov.br](mailto:emjsa@.mg.gov.br), CNPJ: 01222834/0001-04, município de Divinópolis, Minas Gerais. A Escola atende o Ensino Fundamental, com duração de nove anos de escolaridade, do primeiro ao nono ano, considerando os Ciclos de Formação Humana: I - Primeiro Ciclo: 1º ano 3º ano; II – Segundo Ciclo: 4º ao 5º ano, III – Terceiro Ciclo: 6º ao 9º ano, de acordo com o Decreto Municipal Nº: 10.965/2013.

O espaço físico é composto por dois pavimentos, sendo o primeiro com 04 Salas de Aula, Secretaria, Supervisão/Orientação, Informática, Sala Recurso (AEE), Sala do Professores, Sala de Direção, Cozinha e Refeitório, Anfiteatro, Quadra Esportiva, Banheiros. No segundo pavimento está a Biblioteca, 08 Salas de Aula e 02 Banheiros. O quadro de funcionários é composto de: 01 Diretor Administrativo, 02 Vice-Diretores, 01 Diretor Pedagógico, 04 Supervisoras, 01 Secretária e 03 Auxiliares, 02 Auxiliares de Biblioteca, 02 Eventuais, 01 Professor de Apoio, 10 Professores do 1º ao 5º ano, 01 Professor de AEE, 27 Professores do 6º ao 9º ano, 11 Serventes Escolares, 01 Porteiro, para atender 640 alunos.

A Escola estabelece relacionamento com a comunidade escolar ( pais de alunos ) através de atividades culturais, reuniões pedagógicas coletivas ou individuais, Conselho Escolar, Caixa Escolar. A Escola desenvolve projetos pedagógicos de acordo com os Temas Transversais e a proposta pedagógica da Secretária Municipal de Educação – SEMED, cursos de formação oferecidos pela

SEMED/CRPE, Sala Verde Frei Paulino, parcerias com a GERDAU-DIVINÓPOLIS, FCA – Atitude Ambiental.

## 2. FINALIDADES DA ESCOLA

De acordo com a Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Art. 1º estabelece que a,

Educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (BRASIL. LDBN, nº 9394, 1996, art. 1º)

Portanto, é necessário que se crie estruturas físicas e humanas que favoreçam acontecer o desenvolvimento do ser humano no decorrer de sua vida. O Art. 2º da LDB 9394/96, especifica que,

A educação, dever da família e do Estado inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, no seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL.LDBN, nº 9394, 1996, art. 2º)

O sistema de ensino e a instituição escolar na sua organização não pode desvalorizar os princípios citados no Art. 3º:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;  
II- liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;  
III – pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;  
IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância;  
V – coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;  
VI – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;  
VII – valorização do profissional de educação escolar;  
VIII – gestão democrática do ensino público, na esfera desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;  
IX – garantia de padrão de qualidade;  
X valorização da experiência extra-classe;  
XI – vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.  
(BRASIL.LDBN, nº 9394, 1996, art. 3º)

O Projeto Político Pedagógico deve nortear a prática educativa a ser desenvolvida, articulada entre a ação dos professores e equipe pedagógica no processo formativo dos alunos. Toda ação administrativa e pedagógica deve ter como finalidade a efetivação da educação de qualidade como um bem público e direito universal.

Considerando que o PPP define a identidade da escola e indica caminhos, ações com objetivo de se ter educação de qualidade podemos citar Paulo Roberto Padilha, diretor do Instituto Paulo Freire, em São Paulo: “ O PPP se torna um documento vivo e eficiente na medida em que serve de parâmetro para discutir referências, experiências e ações de curto, médio e longo prazos.”( LOPES, 2010, p.23).

De acordo com Veiga (2000), a escola discute e define coletivamente as suas finalidades cultural, política e social, de formação profissional e humanística.

A finalidade cultural deve garantir o acesso aos conhecimentos produzidos pela humanidade, bem como a todas as manifestações culturais dos diversos povos, nas suas diversidades, tendo em vista uma melhor compreensão da complexidade e integralidade da sociedade e do mundo. Na finalidade política e social, incluem-se conhecimentos e atividades que visam à formação política e social, abrangendo ações que dizem respeito aos direitos e aos deveres da cidadão. Na finalidade de formação profissional, além da preparação técnica, também estão compreendidos os processos de desenvolvimento científico e tecnológico no contexto social, político e econômico que provocam mudanças e inovações nos processos produtivos e, conseqüentemente, no mundo do trabalho. Na finalidade humanística, deve estar prevista a formação de pessoa na sua afetividade, sensibilidade, valores, princípios e emoções. No PPP, essas finalidades devem ser integradas, tendo em vista a formação humana integral do aluno.(QUARESMA.,2012,sd.)

É entendido que uma das razões da escola é a aprendizagem e que essa aprendizagem se transforma de acordo com o tempo e as necessidades da sociedade que espera da educação uma resposta para o mundo atual e superação dos problemas e a ação cidadã do indivíduo. Se essa é a razão, “O processo de (re)construção do conhecimento é o próprio objeto específico do trabalho educativo.”, (WITTMANN,2000.p.91). Assim, os educadores devem estar em constante formação para atender a finalidade da educação no seu tempo. Wittmann (2000) cita,

As atividades a serem desenvolvidas, as temáticas e os métodos deverão ser definidos a partir das demandas e exigências da “aprendência” e não da “ensinagem”. Isto significa, de um lado, que a escola, o locus da “aprendência” é o centro do sistema educativo e exige, de outro lado, relações intersubjetivas, co-responsáveis, compromisso coletivo e compartilhamento. (WITTMANN,2000,p.91)

A educação/escola foi se transformando ao longo dos anos na expectativa de atender as necessidades de época, ao mesmo tempo respondendo uma posição política e econômica de governo. Em cada época estas transformações aparecem

como desafios e de exigências de mudanças de paradigmas. Com a globalização, as transformações tecnológicas favoreceram o surgimento da chamada era da informação, que exige da educação repensar a sua prática de métodos de aprendizagem. Para o enfrentamento desses novos desafios para a era do conhecimento Moacir Gadotti cita:

A virada do milênio é razão oportuna para um balanço sobre as práticas e teorias que atravessaram os tempos. Falar de “perspectivas atuais da educação” é também falar, discutir, identificar o “espírito” presente no campo das idéias, dos valores e das práticas educacionais que as perpassam, marcando o passado, caracterizando o presente e abrindo possibilidades para o futuro. Algumas perspectivas teóricas que orientaram muitas práticas poderão desaparecer, e outras permanecerão em sua essência. Quais teorias e práticas se fixaram no ethos educacional, criaram raízes, atravessaram o milênio e estão presentes hoje? Para entender o futuro é preciso revisar o passado. No cenário da educação atual podemos destacar alguns marcos, algumas pegadas, que persistem e poderão persistir na educação do futuro. (GADOTTI, 2000, p.2).

No momento atual, é sentido que a sociedade passa por diversas crises: financeira, econômica, relativismo, individualismo, de solidariedade, conflito de relações humanas, trabalho/emprego e com avanço da tecnologia em massa. Nesse quadro, a educação enfrenta os desafios de como adequar a tecnologia numa perspectiva pedagógica de aprendizagem. Gadotti avalia que:

Os sistemas educacionais ainda não conseguiram avaliar suficientemente o impacto da comunicação audiovisual e da informática, seja para informar, seja para bitolar ou controlar as mentes. Trabalhamos muito, ainda, com recursos tradicionais que têm pouco apelo para as crianças e jovens. (...) Para isso é preciso dominar mais metodologias e linguagens, inclusive, a linguagem eletrônica. (GADOTTI, 2000, p.3).

Se “o aluno é um ser passivo que absorve o conhecimento que o cerca, mas desempenha um papel ativo” (SKINNER, 1968/2003, s.d.), a escola deve adotar uma filosofia que leve o aluno a se tornar autônomo. Para efetivar uma educação libertadora que favoreça a cidadania é necessário uma prática do conhecimento-construção. O Construtivismo apresenta como uma proposta que repensa a ação pedagógica e leva o educando a ser protagonista do seu aprendizado. Portanto, para Becker o Construtivismo significa:

[...]a idéia de que nada, a rigor, está pronto, acabado, e de que, especificamente, o conhecimento não é dado, em nenhuma instância, como algo terminado. Ele se constitui pela interação do indivíduo com o meio físico e social, com o simbolismo humano, com o mundo das relações sociais; e se

constitui por força de sua ação e não por qualquer dotação prévia, na bagagem hereditária ou no meio, de tal modo que podemos afirmar que antes da ação não há psiquismo nem consciência e, muito menos, pensamento. (BECKER.1992.p.88).

O Construtivismo é a forma eficaz de promover a aprendizagem do aluno, da alfabetização ao conhecimento científico mais elaborado, da origem ao seu desenvolvimento, com uma nova maneira de ver o mundo, a vida e as relações sociais que o cerca.

## **2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

De acordo com o Art.205 da Constituição Federal de 1988, que declara a educação pública como um direito, faz-se necessário a existência de uma organização para o desenvolvimento de todas as atividades que devem ser realizadas para atingir a sua função e seus objetivos.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL.CF, 1988, art. 205 )

Esta organização deve estar documentada no Projeto Político Pedagógico, no Regimento Escolar, no Caixa Escolar e Conselho Escolar, assegurando uma administração democrática e coletiva. Toda estrutura deve ser de acordo com as leis vigentes específicas da estrutura administrativas e pedagógicas.

Neste contexto, sobre a importância do Projeto Político Pedagógico (PPP), Veiga, diz:

[...]o Projeto Político Pedagógico tem a ver com a organização do trabalho pedagógico em dois níveis: como a organização da escola como um todo e como organização da sala de aula, incluindo sua relação com o contexto social imediato, procurando preservar a visão de totalidade. Nessa caminhada será importante ressaltar que o Projeto Político Pedagógico busca a organização da trabalho pedagógico da escola na sua globalidade.(VEIGA, 2002, s.d.)

Num trabalho democrático, participativo e coletivo cabe ao gestor escolar a função de “formular normas, regulamentações e adoção de medidas condizentes como os objetivos e princípios propostos no Plano de Trabalho para Gestão Escolar;” conforme o Projeto Político Pedagógico da escola.

## **2.1 Estrutura Organizacional Administrativa.**

Veiga (2002) diz que a escola, em geral, dispõe de dois tipos básicos de estruturas: a administrativa e a pedagógica. A estrutura administrativa compreende a locação e gestão de recursos humanos, físicos e financeiros e dá sustentação à estrutura pedagógica. No caso da EM João Severino de Azevedo, a estrutura escolar conta com os seguintes cargos/funções: Direção Escolar: Diretor e vice-diretor: formula normas, regulamentações e adoção de medidas condizentes como os objetivos e princípios propostos no Projeto Político Pedagógico e representa a unidade escolar em ocasiões necessárias. Diretor Pedagógico: atua como integrador das ações pedagógicas entre a equipe de supervisoras e professores de acordo com as definições do Projeto Político Pedagógico.

Equipe pedagógica: composta pela supervisora e orientadora educacional: supervisiona o trabalho pedagógico dos professores, assegurando a unidade do trabalho proposto com práticas de acordo com a filosofia da escola. Articula este trabalho com os alunos, proporcionando uma relação de aprendizagem e harmonia relacional entre ambos. Professores do ensino fundamental: desenvolve a proposta de ensino-aprendizagem nas salas de aulas e dependências da escola ou fora dela, com atividades diversas de acordo com o planejamento pedagógico, com interdisciplinaridade na proposta de “Pedagogia de Projetos”.

Bibliotecárias: matem o acervo da biblioteca em registro, atende aos professores e alunos de acordo com o projeto desenvolvidos pelos professores. Professor eventual: auxilia o professor titular nas atividades diárias e o substitui na sua ausência com atividades programadas pelo professor regente, quando a falta por licença é até quinze dias. Professor de AEE- Atendimento Especializado ao Educando: atende em Sala Recurso em contra-turno, o aluno com necessidades especiais e de inclusão. Secretaria: composta por secretária e auxiliares que executam o trabalho de registro de toda documentação legal dos alunos e funcionários. Auxiliares de Serviços: tem a função de todo o serviço prático de cozinha, limpeza, portaria e atendimento aos alunos e funcionários.

Conta também com o Conselho Escolar: Os Conselhos são órgãos colegiados por representantes das comunidades escolar e local, que têm como atribuição deliberar sobre questões político-pedagógicas, administrativas, financeiras, no âmbito da escola. ( De acordo com a Constituição Federal de 1988 – Art. 206:, Art. 3º da Lei 9.394/96 – “ Gestão democrática do ensino público, na formação desta Lei e da Legislação dos sistemas de ensino.” ( inciso VIII do Art. Lei. 9.394/96 – LDB ). O Caixa Escolar: Associação sem fins lucrativos, com a finalidade de garantir a autonomia financeira da Unidade Escolar através do recebimento de Recursos Públicos, por meio de Convênios com a Secretaria Municipal de Educação e do PDDE: Programa Dinheiro Direto nas Escolas, para atendimento das necessidades de cada Unidade Escolar de acordo com suas particularidades regionais e de atendimento

Os recursos financeiros são provenientes do Convênio da Prefeitura Municipal de Divinópolis, do PDDE: Programa Dinheiro Direto nas Escolas, PDDE – Escola Acessível, recursos próprios derivados de atividades como Festa Junina ou outras que envolva a presença da comunidade e a contribuição espontânea dos pais. Os recursos do Convênio como o do PDDE, são empregados na compra de materiais que favoreçam uma melhor qualidade de assistência ao educando nas questões pedagógicas e de materiais de consumo. Estes recursos são planejados com o Caixa Escolar e Conselho Escolar.

O Grêmio Estudantil: órgão de participação dos estudantes nas discussões do cotidiano escolar e em seus processos decisórios, tornando-se um espaço de aprendizagem das questões políticas, de cidadania.

O espaço físico da escola comporta doze salas de aula, uma Sala Recurso, uma sala de Computação, uma Biblioteca, uma Cozinha, um Refeitório com mesas e bancos, uma sala de Professores, uma sala de Secretaria, uma sala de Supervisão, uma sala de Direção, um Depósito/Almoxarifado, uma sala de Apoio Pedagógico, três banheiros masculino e feminino, um anfiteatro com escadarias, uma quadra coberta e um pátio para lazer na hora do recreio. A arquitetura do prédio é adequada, com dois pavimentos com acesso por escadarias.

Equipamentos mobiliários: a escola possui dois televisores com videocassete, uma projetor para filmes e palestras, um retroprojetor, vinte e oito computadores para alunos, três na secretaria, um na sala de supervisão, um aparelho de som e CD, um jogo de caixa de som e microfones, quatro mesas com vinte cadeiras na biblioteca.

No planejamento da administração consta sempre a aquisição de material que favoreça o trabalho pedagógico, seja didático ou esportivo, pois é da responsabilidade da direção escolar prover as necessidades para o desenvolvimento dos alunos com educação de qualidade. Com essa concepção de gestão é possível desempenhar um dos princípios norteadores do Projeto Político Pedagógico segundo Veiga (2002, s.d.): “Igualdade de condições para acesso e permanência na escola, o que significa trabalhar no sentido de garantir acesso e permanência de todos na escola e com qualidade.”

## **2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica.**

Tanto o calendário escolar (Anexo II) quanto ao professor na sala de aula, podem ser compreendidos como estrutura organizacional pedagógica. Toda estrutura organizacional se faz necessária porque ela representa o esqueleto que mentem o corpo de pé e cada membro tem a sua função específica no todo. No desempenho de cada função em conjunto para atingir o objetivo almejado, as partes na sua individualidade asseguram o resultado esperado, a qualidade da educação na formação cidadã do aluno. Portanto, toda ação a ser desenvolvida deve ser voltada para um trabalho pedagógico que resulte na qualificação do ensino-aprendizagem. A segurança de que este trabalho não será solitário, sem planejamento, mas coletivo nas ações e que seja avaliado para novas propostas de ação, realça a importância do Projeto Político Pedagógico com seus eixos norteadores. Quaresma (2012) salienta esta importância em seu texto,

O Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, portanto, é o desejo, o plano de melhoria, de mudança de uma realidade. Esta realidade configura-se no trabalho pedagógico que se realiza diariamente nas aulas, no currículo, na metodologia, no processo de avaliação, na forma de participação dos pais, nas relações interpessoais, na concepção de educação que a escola defende, na coordenação pedagógica praticada, na forma de gestão implementada. (QUARESMA, 2012,p.13).

Jamil Cury diz que, “O solo do ato pedagógico, enquanto espaço da relação ensino/aprendizagem, é o ambiente institucional da unidade escolar”. Para que isto

ocorra é necessário definir o currículo, o processo de avaliação, a metodologia, os recursos didáticos, as relações interpessoais, a formação continuada dos professores, a participação dos alunos, pais e funcionários com decisões colegiadas e gestão democrática com o objetivo de realizar um trabalho pedagógico que favoreça a formação de qualidade do aluno, conforme inciso IX do Art. 3º da LDB, “garantia de padrão de qualidade”, e o Art. 13, inciso III, “zelar pela aprendizagem dos alunos”.

Se o conhecimento é adquirido entendendo a história da humanidade, a escola/educação é o lugar propício para socializar o conhecimento através de uma proposta pedagógica. Portanto, a teoria do Construtivismo é a teoria que adéqua as necessidades do mundo moderno, globalizado em seus vários aspectos. Fernando Becker (1992) defende que:

Entendemos que o Construtivismo na Educação poderá ser a forma teórica ampla que reúna as várias tendências atuais do pensamento educacional. Tendências que têm em comum a insatisfação com o sistema educacional que teima (ideologia) em continuar essa forma particular de transmissão que é a Escola, que consiste em fazer repetir, recitar, aprender, ensinar o que já está pronto, em vez de fazer agir, operar, criar, construir a partir da realidade vivida por alunos e professores, isto é, pela sociedade – a próxima e, aos poucos, a distantes. A educação deve ser um processo de construção de conhecimento ao qual ocorrem, em condição de complementaridade, por um lado, os alunos e professores e, por outro, os problemas sociais atuais e o conhecimento já construído ('acervo cultural da Humanidade').(BECKER, 1992, s.d.)

A ação pedagógica planejada de acordo com a estrutura administrativa e pedagógica da escola é fundamentada na Constituição Federal de 1988, na Lei.9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no Plano Nacional de Educação (PNE) nos Parâmetros Nacionais Curriculares, nos decretos e resoluções municipais. O Projeto Político Pedagógico garante a autonomia pedagógica e que Veiga (1998) cita:

Autonomia pedagógica da escola, por sua vez, está estreitamente ligada à identidade, a função social, à clientela, à organização curricular, à avaliação, bem como aos resultados e, portanto, à essência do projeto pedagógico da escola. (VEIGA, 1998. P.16-19).

Além do planejamento da equipe pedagógica, a escola conta com:

- -A organização didática se dá através da “Pedagogia de Projetos”, tendo cada ano um tema gerador, cabendo ao professor elaborar os sub-temas e trabalhar de acordo com o ano escolar e realidade do aluno, na perspectiva

da leitura, escrita e interpretação.

- -Planejamento coletivo para elaborar ações do Plano de Intervenção Pedagógica (PIP), durante o período letivo ou para o ano seguinte.
- - Mobilidade: atendimento aos alunos do mesmo ano escolar, em grupos com dificuldades de aprendizagem semelhantes.
- -Conselho de Classe: espaço de avaliação permanente, que tem como objetivo avaliar o trabalho pedagógico, as atividades da escola e o desempenho dos alunos.
- -Hora-Cívica: uma vez por semana com exibição do Hino Nacional, do Município, com atividades de números artísticos culturais.
- -Reunião de pais para entrega de relatório de avaliações de desempenho dos alunos no final de cada trimestre, ou quando se fizer necessário.
- -Nos dias letivos integradores realiza-se atividades que consta a presença dos pais e comunidade: Festa Junina, Festa da Família, Minha Cidade Lê, Mobilização Social pela Educação, Ações Sociais.
- -AEE: Atendimento Especializado ao Educando: apoio ao aluno com necessidades especiais, contra-turno, através da Sala Recurso, com professor especializado.
- -Formação continuada dos funcionários através do CRPE: Centro de Referência Pedagógica do Educador.
- -Níveis de ensino: Ensino Fundamental - Primeiro Ciclo: do 1º ao 3º ano, Segundo Ciclo: do 4º ao 5º ano, Terceiro Ciclo: do 6º ao 9º ano, Modalidade de Ensino de Educação de Jovens e Adultos – Primeiro Segmento: 1º ao 5º ano, Segundo Segmento: do 6º ao 9º ano.
- -Plano Curricular: Português, Matemática, Ciências, Geografia, História, Arte, Educação Física, Educação Religiosa, Inglês.
- -Calendário Escolar: 200 dias letivos e de acordo com o Art. 24. LDB: 9.394/96, garantindo de acordo com o Art.VI, a frequência mínima de 75% para aprovação.

### **3. CURRÍCULO**

Se a finalidade da escola é promover o ensino aprendizagem, da alfabetização ao mais complexo conhecimento produzido pelo ser humano, o currículo é a peça fundamental para que a escola desenvolva sua função. Numa perspectiva, de formação humana cidadã, crítica e social, o currículo deve buscar solucionar os problemas da educação e da escola, com definições de concepção de educação, de ser humano e de sociedade que queremos construir.

Quaresma, (2012) define currículo com o seguinte conceito:

O currículo compreende a organização e construção social do conhecimento, bem como a sistematização dos meios para que estas se efetivem. Numa perspectiva histórico-social, por exemplo, o currículo abrange conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade integrados à realidade social, política, econômica, cultural, ambiental e às atividades desenvolvidas, dentro e fora de sala, para que esses conhecimentos sejam produzidos. Ao currículo associa-se uma metodologia que deve resultar da construção coletiva e participação constante de todos os envolvidos. (QUARESMA, 2012,p.16.)

O Art. 26 da LDB. 9.394, determina que:

Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

-Parágrafo 1º- Os currículos a que se refere o caput devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil.

-Parágrafo 2º- O ensino da arte constituirá componente obrigatório, nos diversos níveis de educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos.

-Parágrafo 3º- A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às condições da população escolar, sendo facultativa aos alunos nos cursos noturnos.

-Parágrafo 4º- O ensino da História levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia.

-Parágrafo 5º- Na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, dentro das possibilidades da instituição. (BRASIL.LDBN, nº 9394, 1996, art. 26)

De acordo com o Decreto Municipal Nº- 10.965/13 a Secretaria Municipal de Educação de Divinópolis, determina através da Orientação Nº- 01/13, a organização escolar para a rede municipal de ensino de Divinópolis:

Art. 1º- Para a implementação do Decreto Municipal Nº- 10.965, é necessário considerar os modos de ser e de se desenvolver das crianças e adolescentes nos diferentes contextos sociais e os projetos educativos coerentes, articulados e integrados para as faixas etárias correspondentes.

-Parágrafo único – Nos ciclos de formação humana, o educando é o eixo central do Projeto Político Pedagógico e o Currículo deve retratar o cotidiano da escola, possibilitando a flexibilidade de tempos e espaços para o desenvolvimento das potencialidades do educando, respeitando as fases de seu desenvolvimento, com a mediação do educador,.

O Art. 7º- do Decreto 10.965/13 – O currículo, integrado, interdisciplinar e transdisciplinar, será organizado em áreas de conhecimento, a saber: Linguagens (Língua Portuguesa, Arte, Língua Estrangeira Moderna, Educação Física), Matemática, ciências da Natureza, Ciências Humanas (Geografia e História) e Ensino Religioso. (DIVINÓPOLIS/MG, Decreto Municipal nº10.965/2013)

O currículo escolar entendido por muitos educadores como um conjunto de conteúdos a serem ensinados em uma sequência ou ordem (o que pode ser observado no Plano Curricular – ANEXO I), determinados pelos planos nacionais de educação e prescritos em livros didáticos sofreu mudanças em seus significados e organização. A construção do plano curricular no Brasil sofreu influências europeias como também americana, interferindo na formação política, econômica e sociocultural da população brasileira.

Santos e Paraíso (1995) conceitua currículo e sua mudança de definições ao longo dos últimos anos como, “ arranjo sistemático de matérias”, “ elenco de disciplinas e conteúdos”, “ conjunto de estratégias para preparar o jovem para a vida adulta”, “ conjunto de atividades e dos meios para se alcançarem os fins da educação”. No final da década de 80 e início de 90, o currículo é relacionado a todas as esferas da vida humana e suas relações sociais local e global, voltadas para a democracia participativa.

[...]o currículo passa a ser problematizado a partir de suas relações com as esferas políticas, econômicas e socioculturais, sendo entendido como todas as experiências e conhecimentos proporcionados aos estudantes no cotidiano

escolar, através tanto do currículo explícito quanto do currículo oculto.(SANTOS, PARAÍSO, 1995, p.1,2)

O currículo é constituído do currículo oficial, (Proposta Curricular e livros didáticos), o currículo formal (atividades do dia-a-dia), que estão embutidos um no outro, isto é, currículo em ação ou real. Outra forma de aprendizagem que se dá, é através do currículo oculto, que não é dado o seu devido valor na formação do aluno, pois, ele é

o conjunto de normas e valores implícitos nas atividades escolares, porém não mencionados pelos professores ou não intencionalmente buscados por ele. São portanto, aprendizagens ou efeitos de aprendizagens não intencionais que se dão como resultado de certos elementos presentes no ambiente escolar. (SANTOS, PARAISO,1995.p.2)

O currículo vazio ou nulo, (conhecimentos ausentes )

[...]chamado de “campos de silêncio” ou de “omissões”, seu significado é fundamental para entender o currículo como espaço de afirmação e negação de elementos das diferentes culturas, produzindo efeitos sobre o estudante, tanto em função do que diz como daquilo que silencia. (SANTOS, PARAISO, 1995.p.2)

Vimos de uma cultura escolar que se dava o valor supremo ao português e a matemática, ficando os outros conteúdos como de menor importância, sem centralizar a formação do aluno como um indivíduo social, conhecedor de sua história e protagonista de uma sociedade moderna pesquisadora e científica. Com as leis pautando a educação, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, hoje, Lei Federal Nº. LDB.9.394/1996, o Plano Decenal de Educação, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), é assegurado propostas de direito e acesso a educação e a qualidade de ensino. Os conteúdos devem ser compreendidos pelos professores como meio de os alunos desenvolverem suas capacidades, de ser tornarem cidadãos autônomos numa sociedade complexa de conhecimentos e aprendizagens.

O ensino proposto pela LDB está em função do objetivo maior do ensino fundamental, que é o de propiciar a todos formação básica para a cidadania, a partir da criação na escola de condições de aprendizagem para:

I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura e do cálculo;

II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV- o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. (BRASIL.LDB, nº9.394, 1996, Art.32)

A organização curricular da escola é de acordo com o Decreto Municipal Nº 10.965/13 e Orientação Nº.01/13(Divinópolis/MG), que determinam:

Art.6. O ensino fundamental será organizado em anos de escolaridade, do primeiro ao nono ano, considerando os ciclos de formação humana:

I – Primeiro Ciclo: 1º ao 3º Ano;

II- Segundo Ciclo: 4º e 5º Ano;

III- Terceiro Ciclo: 6º ao 9º Ano.

Art. 9. Os três anos do Primeiro Ciclo devem assegurar:

I – a alfabetização e o letramento.

II- o processo contínuo da aprendizagem.

Art. 10. Na organização do Segundo Ciclo do Ensino Fundamental considerar-se-á como possível a pluridocência para os anos de escolaridades diferentes, observando, consensualmente, o perfil e as habilidades de cada educador para o(s) componentes(s) curricular(es) que ministrará.

Art.11. Os dois anos do Segundo Ciclo devem contribuir para que o educando amplie suas capacidades e conhecimentos, dos mais simples aos mais complexos, aprofundando as aprendizagens básicas, contemplando, de maneira articulada e simultânea, a alfabetização e o letramento.

Art.12. Os quatro anos do Terceiro Ciclo devem assegurar o aprofundamento das aprendizagens básicas, o acesso ao saber sistematizado pela humanidade, estruturando-se a partir de uma concepção humanista que contemple a formação do sujeito de forma integral.

Parágrafo único – A organização do trabalho pedagógico incluirá a mobilidade e a flexibilidade dos tempos e espaços escolares, a diversidade nos agrupamentos de educandos, as diversas linguagens, a diversidade de materiais, os variados suportes literários, as atividades que mobilizem o raciocínio, as atitudes investigativas, as abordagens complementares, a articulação entre a escola e a comunidade, e o acesso aos espaços de expressão cultural. (DIVINÓPOLIS.SEMED, Dec. Municipal 10.965/13 e Orientação Nº.01/13)

Com toda essa estrutura organizativa de leis não basta para que ocorra a finalidade da educação e o sucesso escolar do aluno. É preciso investir na formação continuada dos professores, na valorização profissional, na organização do tempo escolar que favoreça o planejamento coletivo de decisões e avaliações, e em uma proposta pedagógica que possibilite o aprendizado com autonomia do aluno, tornando-se construtor do seu conhecimento. Esta possibilidade é possível na proposta de “Pedagogia de Projetos”. Silva (2001) diz: “ a proposta de pedagogia de projetos objetiva auxiliar na construção da democracia.”

Na pedagogia de projetos os discentes são estimulados a pesquisarem determinado tema em vez de somente escutarem sobre ele. A aprendizagem passa a ser considerada “uma produção ativa ( e não passiva) de significados em relação aos conhecimentos sociais e à própria bagagem do aprendiz.(HERNANDEZ,2000,p.178).Por esse motivo, um currículo estruturado em torno da pedagogia de projetos deve priorizar não o ensino de determinados conteúdos, mas a criação de estratégias de organização dos conhecimentos escolares.” “ Um currículo organizado em torno da pedagogia de projetos, portanto, não prioriza tanto os conteúdos que serão trabalhados, mas procura organizar experiências educativas que permitam a criação de estratégias para organização do conhecimento. (SILVA, 2011, p.32).

Assim, para construir uma organização curricular é preciso o envolvimento dos funcionários e da comunidade escolar, definindo qual a função da escola, que tipo de escola que se quer ter, que tipo aluno quer formar, em qual sociedade a escola está inserida, propiciando uma educação de qualidade

#### **4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES**

Sobre a Organização da Educação Nacional o Art. 8º da LBB, cita no parágrafo 2º: “Os sistemas de ensino terão liberdade de organização nos termos desta Lei”, cabendo aos municípios conforme o Art.11, “Os Municípios incumbir-se-ão de: I – organizar , manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos estados;” no parágrafo único “Os Municípios poderão optar, ainda por se integrar ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica”. O Art.12, assegura aos estabelecimentos de ensino a autonomia de “I -

elaborar e executar sua proposta pedagógica; II – administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;”.

De acordo com a Resolução Nº.7, de 14 de Dezembro de 2010, cita no Art. 19: “Ciclos, séries e outras formas de organização que se refere a Lei nº 9.394/96 serão compreendidos como tempos interdependentes e articulados entre si, ao longo dos 9 (nove) anos de duração do Ensino Fundamental.”, Art. 20: “ As escolas deverão formular o projeto Político Pedagógico e elaborar o regimento escolar de acordo com a proposta do Ensino Fundamental de 9 (nove) anos, por meio de processos participativos relacionados à gestão democrática.”

O Decreto Municipal Nº. 10.965/13 estabelece no Art. 5º: “O ensino fundamental, com duração de 9 (nove) anos, abrange a população na faixa etária dos 6 (seis) aos 14 ( quatorze) anos de idade e se estende também a todos os que, na idade própria, não tiveram condições de freqüentá-lo.” O Art.6º, cita: “ O ensino Fundamental será organizado em anos de escolaridade, do primeiro ao nono ano, considerando os ciclos de formação humana: I – Primeiro Ciclo: 1º ao 3º Ano; II – Segundo Ciclo: 4º ao 5º Ano; III – Terceiro Ciclo: 6º ao 9º ano.”

O Plano Curricular Escolar determinado pelo coletivo de funcionários estabelece para o Terceiro Ciclo 05 (cinco) aulas de Português e Matemática, 03 (três) aulas de Ciências, Geografia e História, 02 (duas) aulas de Educação Física e Inglês, 01 (uma) aula de Ensino Religioso e Arte, e para o Primeiro e Segundo Ciclo 01(uma) aula de Ensino Religioso, 02 (duas) aulas de Educação Física, 06 (seis) aulas Português e Matemática, 03 (três) de História, Geografia e Ciências.

A escola atende em turno de trabalho, sendo o primeiro de 07h00 às 11h30, com 05 (cinco) aulas de 50 (cinquenta) minutos, tendo 20 (vinte) minutos de recreio, atendendo alunos do 6º (sexto) ao 9º (nono) ano. O segundo turno de 12h25 às 16h55 atende do 1º (primeiro) ao 6º (sexto) ano, também com intervalo de 20 (vinte)

minutos de recreio. Com doze (doze) turmas em cada turno, o atendimento pedagógico é feito por supervisores pedagógicos sendo 01 para cada seis turmas, tendo suporte de um eventual escolar para cada turno.

Embora a escola reconhece a importância do planejamento coletivo de professores/turmas/anos escolares para uma avaliação e propostas de ações pedagógicas mais eficientes, o planejamento das atividades escolares é feito por grupos de professores das turmas dos mesmos anos iniciais, isto é, do 1º (primeiro) ao 5º (quinto) ano, quando os professores de Educação Física e Ensino Religioso ministram suas aulas e nos anos finais, do 6º (sexto) ao 9º (nono) ano, o planejamento acontece de acordo com o quadro de horários da semana, duas aulas semanais de 50 (cinquenta) minutos. A comporta de alunos por turma segue as determinações da Secretaria Municipal de Educação, sendo 25 (vinte e cinco) no Primeiro Ciclo e 30 (trinta) no Segundo Ciclo do Ensino Fundamental.

Quando se discute o tempo e os espaços escolares é urgente rever a estrutura física das escolas que não favorecem a inclusão dentro das necessidades dos alunos com deficiências múltiplas e ao mesmo tempo espaço para a socialização dos processos de ensino e aprendizagem, visto que a maioria das escolas são construídas para atender uma demanda de décadas atrás. É necessário avaliar a necessidade da ampliação do tempo escolar, isto é, de permanência do aluno na escola. Nesta visão Cavaliere (2007) cita:

A ampliação do tempo diário de escola pode ser entendida e justificada de diferentes formas:(a) ampliação do tempo como forma de se alcançar melhores resultados da ação escolar sobre os indivíduos, devido à maior exposição desses à práticas e rotinas escolares; (b) ampliação do tempo como adequação da escola às novas condições de vida urbana, das famílias e particularmente da mulher; (c) ampliação de tempo como parte integrante da mudança na própria concepção de educação escolar, isto é, no papel da escola na vida e na formação dos indivíduos. (CAVALIERE, Ed.2007.p.1016).

Sendo assim é necessário repensar a função da escola, o seu papel na formação do cidadão pós-moderno que está inserido no mundo globalizado que exige habilidade e competências sociais diversas. Neste contexto “Cavaliere”, (2007) cita:

Segundo Bourdieu (1998b), a ampliação do tempo escolar, no sentido da escolarização de longa duração, criou um novo tipo de exclusão, por ele definido como a “exclusão pelo interior”. Para o autor, trata-se de uma exclusão branda e dissimulada, que se faz a despeito da permanência na escola e que mais uma vez culpabiliza os alunos por fracassarem, apesar das inúmeras chances dentro do sistema escolar. (CAVALIERE,Ed.2007.p.1021).

A organização do tempo escolar em ciclos de formação humana, respeitando as fases de desenvolvimento do aluno ( fase da infância, pré-adolescência e adolescência ), buscando a formação global do aluno ganhou espaço a partir da Escola Plural de Belo Horizonte, década de noventa, numa forma de avaliação continuada. De acordo com Freitas (2004) os ciclos

Diferentemente da progressão continuada, os ciclos propõem alterar os tempos e os espaços da escola de maneira mais global, procurando ter uma visão crítica das finalidades educacionais da escola. Está em jogo mais do que liberar fluxos, ou sair-se bem em avaliações de sistema ou, ainda, tirar a avaliação formal juntando séries em planejamentos plurianuais.(FREITAS,2004.p.1).

A noção de ciclo tem que ser construída simultaneamente na contramão destas duas funções escolares: exclusão e subordinação. Há uma dimensão de poder no interior da escola que precisa ser incluída nas preocupações formativas da escola como exercício de auto-organização crítico.

Nesse sentido, os ciclos devem:

. pautar a questão da “formação” e não só a instrução (português e matemática);

.introduzir o componente “desenvolvimento” (infância, pré-adolescência e adolescência) na organização da escola;

.remeter à relação educação e vida não só como vivência de experiências sociais, mas Uma noção mais completa de ciclo deve portanto, problematizar o poder na escola.

também como estudo crítico da atualidade;

.apostar no desenvolvimento da auto-organização do aluno, com sua participação em coletivos escolares como vivência real de poder e decisão nos assuntos da escola;

.incorporar a progressão continuada. (FREITAS,2004.p.24).

## 5. PROCESSOS DE DECISÃO

Decorre por ser um tema, até então, desafiador dentro da perspectiva do processo de decisão. É romper com práticas de relações hierárquicas de poder autoritário e centralizador do professor, do diretor, do supervisor e dos agentes da secretaria de educação e outros órgãos. A gestão democrática é sempre processual e portanto, de permanente vivência e aprendizado. É um processo eminentemente pedagógico, que envolve entre outros, o conhecimento da legislação, a discussão e a participação nas modalidades de provimento ao cargo de dirigente escolar, a implantação e consolidação de mecanismos de participação.

Por esse motivo, a democracia na escola, precisa ser mantida como um produto inacabado, em permanente construção, como um desejo irrealizável em permanente estado de pulsão, instrumentalizado pelo seu conteúdo inconcluso, a possibilidade de manutenção do grupo, que sobrevive sustentado pela ilusão do ideal democrático (FORTUNA in: BASTOS, 2000 p. 121).

Há alguns anos o diretor centralizava em suas mãos a tomada de decisões e pouco partilhava com a comunidade escolar e local. A complexidade das tarefas de gestão e organização, o avanço teórico-prático da educação e sua gestão, a democratização das relações escolares e a rediscussão das formas de escolha dos diretores, começam a interferir nessa lógica tradicional de gestão, passando a ser assunto dos diferentes segmentos que compõem as comunidades. A administração escolar é tarefa diferente de qualquer outra administração, muito mais complexa, pois envolve não só crianças, pais mestres, funcionários, mas toda a coletividade, envolvendo também os próprios interesses nacionais.

Hoje, em algumas escolas ainda ocorre a administração autocrática, centralizada, na qual todas as decisões e todo o poder estão nas mãos do diretor. Com a LDB 9394/96, ficou estabelecida a democratização da gestão escolar. Esta busca a apropriação coletiva das salas de aula pelos pais, professores, funcionários e alunos, que possuem liberdade de tomada de decisão no processo educacional, para melhorar a qualidade do ensino.

É de fundamental importância que se articule no interior da escola o envolvimento de todos os sujeitos participantes da comunidade escolar na organização, na tomada de decisões, tanto nas esferas administrativas quanto nas pedagógicas, que devem entender e participar desse trabalho coletivo, buscando alternativas e soluções para melhorar todo o processo, pois este é dinâmico e exige ações concretas. Essa participação somente ocorre se houver uma integração escola/família/comunidade.

O Processo de Decisão Escolar eleva os padrões de eficiência e de autonomia financeira, objetivando promover a melhoria do ensino, através do incentivo à participação de toda comunidade escolar para “transformar a visão de escola em realidade”. Ele deve partir do âmbito individual para o coletivo. Se por decisão individual se entende que cada indivíduo “decide por si”, no qual o objetivo é a busca da felicidade, a decisão coletiva são decisões não individuais, cujo resultado decorre da agregação das preferências individuais de cada componente do grupo, em busca da sobrevivência do mesmo (BOBBIO, 1995, p. 309).

Segundo Bobbio (1995) para realizar o ensino de qualidade e cumprir com o seu objetivo, a escola deve buscar um novo olhar pedagógico integrando todos os participantes para que tornem a gestão verdadeiramente efetiva. A Escola Municipal João Severino de Azevedo, procura envolver a comunidade escolar na participação democrática e no processo decisório que é tomado de forma compartilhada com todos os envolvidos. Na organização da escola, o fluxo das tarefas das ações e principalmente das decisões é pautado em constante construção e exercício de uma gestão democrática e participativa.

Para Xavier (2000, p.15), “a liderança da escola deve estar fundamentada num processo democrático em que os líderes compartilham decisões com professores, pais, alunos e comunidade, visando atingir um nível superior de desempenho da escola”. O colegiado tem um forte poder de decisão em relação as questões cotidianas e também em relação a estrutura política e financeira. É composto pelo gestor, que é um cargo eleito por funcionários, alunos (maiores de 16 anos) e comunidade. São membros efetivos e suplentes (no caso de faltar algum membro). Ele tem como função avaliar, planejar, deliberar e fiscalizar as prestações de conta sobre assuntos relativos ao Caixa Escolar e ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

O Conselho de Classe é composto pelo diretor pedagógico, equipe pedagógica e educadores que atuam do sexto ao nono ano. Reúnem-se bimestralmente para estudar, avaliar e analisar a aprendizagem de cada aluno e os resultados para que possam intervir no processo de ensino aprendizagem, buscando possíveis soluções para sanar as dificuldades dos mesmos. Quanto aos alunos dos outros ciclos de alfabetização é utilizada a mesma metodologia, porém, mensalmente.

Ao final de cada projeto, eventos, é feita coletivamente, uma avaliação do desempenho da instituição escolar sobre aspectos administrativos e pedagógicos, apontando os aspectos positivos e negativos. A partir da avaliação traça as metas e ações para melhoria e redirecionamento. Em fim, nas tomadas de decisões da escola, é preciso a participação consciente com pleno exercício democrático, numa luta constante, em um processo de construção como um desejo a ser realizado.

## **6 – RELAÇÕES DE TRABALHO**

As relações de trabalho na escola pública em relações de poder. Fazer essa afirmação coloca em questão à forma como se organiza o trabalho nesta instituição. Geralmente ainda predomina, em algumas escolas, um poder centralizador exercido pelo diretor. Deste emanam todas as decisões. Por outro lado, na escola democrática os membros de uma comunidade escolar não podem agir isoladamente como profissionais e mesmo socialmente, mas sim como parte de uma equipe que objetiva uma educação de qualidade, Exatamente a compreensão da natureza dessas relações humanas que permite evoluir consideravelmente nos resultados que a escola almeja alcançar.

A História do homem é uma história de lutas e desafios, diante de si e diante da adversidade. História se escreve com muitas mãos, muitas cabeças, muitos corações. O homem é social. É fruto do equilíbrio de suas relações. Educar é ajudar o homem a adaptar-se, diante do desconhecido que nos espera. (ABDALLA, 2000, p. 7).

É importante reinteirar que, quando se busca uma nova organização do trabalho pedagógico, está se considerando que as relações de trabalho no interior da escola deverão estar calcadas nas atitudes de solidariedade, de respeito, de reciprocidade. A participação de todos deve servir de base para as relações mais cordiais em contraposição à organização rígida dos princípios de divisão do trabalho, fragmentação e do controle hierárquico. Por isso todo o esforço de se gestar uma nova organização deve levar em conta a realidade em busca de uma gestão diferente, em que o trabalho seja de fato coletivo, significativo e de qualidade. O trabalho integrado implica mudanças radicais que transformem consideravelmente a rotina da escola. Segundo Xavier (2000), uma escola de qualidade:

[...] é aquela que desenvolve relações interpessoais, que conduz a atitudes e expectativas positivas em relação aos alunos, que dispõe de recursos humanos com formação adequada, que dispõe de material escolar e didático necessário, de instalações de qualidade e condições adequadas de funcionamento. De processos definidos e organizados em função dos objetivos da escola. (XAVIER, 2000, s.d.)

Essas novas perspectivas de gestão escolar possibilitam resistências e confrontos, o que às vezes deixa a comunidade escolar impotente. Há uma corelação de forças e é nesse embate que se originam os conflitos, as tensões, as rupturas, propiciando a construção de novas formas de relações de trabalho, com espaços abertos à reflexão coletiva, que favoreçam o dialogo, a comunicação horizontal entre os diferentes segmentos envolvidos com o processo educativo a descentralização do poder. O diretor é um importante profissional nesse contexto, deve canalizar a fluência desse poder numa ação educativa. A esse respeito, Machado assume a seguinte posição: “O processo de luta é visto como uma forma de contrapor-se à dominação, o que pode contribuir para a articulação de praticas emancipatórias” (1989, p. 30). A partir disso, novas relações de poder poderão ser construídas, fazendo com que a instituição atinja seus objetivos com harmonia e de forma democrática e colegiada.

Sabe-se que a participação é requisito essencial para a democratização das relações no interior das escolas publicas. É importante assinalar nesse sentido, a necessidade da partilha do poder, o que envolve a participação na tomada de

decisões e faz-se necessário rever esta ideia que durante algum tempo foi bastante distorcida.

Esta instituição realiza encontros com a comunidade escolar durante o ano, com palestras e mobilizações, cujos temas são direcionados as relações familiares (normas, deveres, direitos e limites), e relação escola X comunidade, consideradas básicas. Essas relações são definidas de forma democrática e coletiva. Vale ressaltar a participação da família em eventos tradicionais como festa junina, da família e outros. Tal contexto está em consonância com o que diz Vasconcelos, apud Freire (2005, p. 2), “a escola enquanto instituição educativa desempenha um papel fundamental, sendo palco das diversas situações que propiciam esta interação principalmente no que tange à sua dimensão socializante, a qual prepara o indivíduo para a convivência em grupo e em sociedade”.

Impossível almejar uma escola de qualidade sem falar da formação do professor, e neste sentido, a Escola Municipal João Severino de Azevedo dispõe de recursos humanos com formação adequada. Possuem em seu quadro 100% de seus professores com graduação e 70% com pós-graduação. No decorrer do ano, nos dias escolares, juntamente com a Secretaria Municipal de Educação, são promovidos cursos de formação continuada para os profissionais com temas pertinentes a prática pedagógica e relações de trabalho.

Sabe-se que a valorização do profissional, a elevação da autoestima, a motivação são também muito importantes na construção das relações. Para tal, a escola tem criado momentos de diálogo, de reflexão, de proximidade para efetivar o bem estar entre o grupo, o desejo de compartilhar e a melhoria da convivência. Para resolver os conflitos entre funcionários, o gestor reúne com sua equipe e funcionário em particular, inteirando-se da situação conflitante, para juntos buscar possíveis soluções e se necessário, aberto a uma segunda reunião, sempre registrado em ata.

Em caso de persistência da situação é feita uma advertência escrita que é encaminhada para a Secretaria Municipal da Educação para sua devida solução.

Quando os conflitos acontecem entre alunos ou professor e aluno, o gestor reúne com sua equipe e tenta solucionar. Se há reincidência do fato, os pais ou responsáveis são convocados a irem a escola para inteirar-se da situação e juntos tentarem solucionar o problema, sempre registrado em livro próprio. A escola procura várias alternativas e persistindo o problema é feito um relatório que é encaminhado ao Conselho Tutelar, Promotoria da Infância e Juventude e muitas vezes ao CRAS – Centro de Referência de Assistência Social da região.

É importante salientar que a escola como espaço educacional não representa um espaço isolado e enquanto instituição precisa buscar parcerias visando à integração da comunidade e da sociedade. As relações são imprescindíveis para o bom funcionamento de todo o processo educacional e construção coletiva, É preciso ética, respeito, comprometimento e solidariedade nessa construção.

## **7 – AVALIAÇÃO.**

Se avaliar é determinar o grau de valor de alguma coisa ou ação proposta, a avaliação determina o valor de acordo com a visão de valor do avaliador. Portanto, a avaliação deve ser o instrumento de averiguação do resultados obtidos com determinada tarefa, se seus objetivos e metas propostos foram alcançados e quais ações devem ser elaboradas para sanar as dificuldades encontradas.

A avaliação do nível de ensino-aprendizagem dos alunos deve estar de acordo com a proposta do Projeto Político Pedagógico, com a organização de todo o funcionamento e visão de educação que se quer oferecer, que tipo de cidadão crítico social a escola quer formar. O processo de avaliação da escola é realizado de acordo com o Decreto Municipal Nº.10.965/2013, Art.16.

A avaliação do ensino-aprendizagem será integrada e processual, considerando os aspectos atitudinais, procedimentais e conceituais, de forma a orientar a organização da prática educativa em função das necessidades de desenvolvimento dos educandos e a utilização de instrumentos diversificados que favoreçam a interpretação qualitativa do processo e evolução dos mesmos. (DIVINÓPOLIS. DECRETO nº 10.965, art. 16)

No Art. Nº. 13, da Orientação Nº.01/2013 da Secretaria Municipal de Educação de Divinópolis/MG – sobre diretrizes operacionais pedagógicas das unidades escolares – em consonância com a Resolução Estadual (MG) nº. 7 de 14/12/2010, determina que,

A avaliação no ensino fundamental deverá utilizar vários instrumentos e procedimentos, tais como a observação, o registro descritivo e reflexivo, os trabalhos individuais e coletivos, os portfólios, exercícios, entrevistas, provas, testes, questionários, dentre outros, adequando-os à faixa etária e às características de desenvolvimento do educando e, utilizando a coleta de informações sobre a aprendizagem do mesmo, como diagnóstico para as intervenções pedagógicas necessárias (...) devendo ser registrados para subsidiar as decisões e informações sobre sua vida escolar.

Os resultados das avaliações devem ser um parâmetro para que o planejamento seja ele individual ou coletivo favoreça acontecer a qualidade do ensino-aprendizagem através das intervenções pedagógicas necessárias. Para isso, é necessário investir na formação continuada e valorização da carreira dos profissionais, nos equipamentos e recursos necessários, no tempo de planejamento coletivo, nos Conselhos Escolares onde se discuta as políticas adotadas, nos espaços tornando-os adequados e mais humanizados favorecendo a inter-relação entre alunos e profissionais. Neste contexto vale ressaltar Souza,(2005),

Para que serve a avaliação? A avaliação objetiva identificar em que medida os resultados alcançados até então estão próximos ou distantes dos objetivos propostos e, se possível descobrir as razões desta proximidade ou distanciamento, para permitir que o novo planejamento a ser realizado possa resolver os problemas com mais precisão. (...) O objetivo de avaliar os alunos é conhecer o que eles sabem, quanto sabem e o quão distante ou perto estão dos objetivos educacionais que lhes foram propostos. (SOUZA, 2002, p.1)

Na concepção de gestão democrática, onde as decisões são coletivas, cabe ter a visão de que a responsabilidade do resultado do ensino-aprendizagem é dos gestores, professores, estudantes e dos pais que devem acompanhar e dar

assistência aos seus filhos, com direito de avaliar a escola. Navarro (2005) em seu texto “Avaliação: o processo e o produto” faz o seguinte questionamento,

O que cabe ser avaliado na prática educativa? Percebe-se que, na avaliação a ser compreendida pelo Conselho Escolar, há de se considerar, além do “produto” expresso nas notas/menções dos estudantes, o “processo” pelo qual se deu essa aprendizagem, revelado nas condições da escola e na ação do professor, entre outros.(NAVARRO.2010.p.1).

A escola é avaliada através do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB: PROALFA, 3º anos; PROEB, 5º e 9º anos; Provinha Brasil Língua Portuguesa e Matemática, 2º anos. Existe um equívoco, quando se cobra a qualidade do ensino-aprendizagem da escola baseado apenas nos resultados dessas avaliações, fornecendo o IDEB. Souza, (2010) ressalta a importância dos indicadores dessas avaliações para avaliar a escola e os seus profissionais,

A avaliação da escola deve ser diferenciada da avaliação da aprendizagem dos alunos, mesmo que ambas estejam bastante relacionadas e sejam, inclusive, interdependentes. A avaliação da aprendizagem (...) serve tanto para a análise do desenvolvimento da aprendizagem dos alunos, quanto como parâmetro para a avaliação do trabalho do professor. A análise das condições institucionais da escola pode ajudar, diversas vezes, inclusive a explicar a os resultados da avaliação da aprendizagem e a avaliação da aprendizagem, por seu turno, é um importante referencial para a avaliação institucional. (SOUSA.2010.p.1)

A avaliação de desempenho dos profissionais da educação na rede municipal de ensino se dá através de critérios elaborados pela Secretaria Municipal de Educação, no período de três em três anos para a progressão salarial. Nos planejamentos pedagógicos é tarefa da equipe de supervisão educacional avaliar as atividades, a metodologia e técnicas aplicadas pelos professores e as intervenções pedagógicas necessárias para solucionar a defasagem de aprendizagem dos alunos. Portanto, avaliar é ver, julgar e agir os resultados para agir adequadamente na proposta de ação.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A escola com sua função principal de propiciar o ensino-aprendizagem e as habilidades necessárias para que o educando insira-se num mundo cada vez mais exigente do conhecimento científico com senso crítico das questões sociais, políticas, econômicas, culturais, etc, torna-se necessário a educação/escola ser o espaço de direito de acesso e permanência para o desenvolvimento de suas competências para o mundo atual tecnológico e globalizado.

A escola precisa ter sua identidade, suas características de funcionamento, autonomia administrativa e pedagógica para desenvolver um projeto educacional que responda as exigências de sua clientela. A abertura para a gestão democrática e participativa de todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, para tanto é necessário o planejamento que garanta as ações administrativas e pedagógicas que faça acontecer a qualidade de ensino público.

É entendido que a qualidade do ensino passa por um maior investimento da educação tanto na carreira dos profissionais, isto é, valorização dos professores, como nos equipamentos e materiais necessários. É preciso assegurar um projeto pedagógico que determine a curto e longo prazo as metas e objetivos que irão trilhar as ações da proposta pedagógica. Assim, o Projeto Político Pedagógico torna-se de acordo com Quaresma (2012),

O projeto político-pedagógico tem a ver com a organização do trabalho pedagógico em dois níveis: como organização da escola como um todo e como organização da sala de aula, incluindo sua relação com o contexto social imediato, procurando preservar a visão de totalidade. Nesta caminhada será importante ressaltar que o projeto político-pedagógico busca a organização do trabalho pedagógico da escola na sua globalidade . (QUARESMA, 2012, p. 14)

## REFERÊNCIAS.

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **O projeto Político Pedagógico no contexto da gestão escolar.** 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em:10/08/2013.

BECHER, Fernando. **O que é Construtivismo?** Revista de Educação AEC, Brasília, v.21, n.83, p. 7-15, abr./jun.1992.

BECHER, Fernando. **O que é Construtivismo?** Revista de Educação AEC, Brasília, v.21, n.83, p. 7-15, abr./jun.1992.

BRASIL. **Lei Nº. 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Editora do Brasil S/A. 1996.

Brasil. **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional.** Editora do Brasil S/A – páginas: 3,4 - 1996.

BRASIL. **LEI.Nº.9.394/1996. – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Editora do Brasil S/A. Art.26. 1996.

CAVALIERE, Ana Maria. Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública. Educação & Sociedade, vol. 28, Nº 100 – Especial, p. 1015-1035, out. 2007. Disponível em [http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100\\_a1828100.pdf](http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100_a1828100.pdf). cesso em: 10/07/2013.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O Direito à Educação: um campo de atuação do gestor educacional na escola.** 2010. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?id=12904>. Acesso em: 05/05/2013.

Decreto Municipal Nº. 10.965/2013 – Diretrizes Gerais da Organização e Funcionamento da Educação Básica Nas Unidades Escolares da Rede Municipal De Ensino De Divinópolis.

Decreto Municipal Nº.10.965/2013. – **Diretrizes Gerais da Organização e Funcionamento da Educação Básica nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Divinópolis.**

DECRETO MUNICIPAL. Nº: 10.965/2013, **Diretrizes Gerais da Organização e Funcionamento da Educação Básica nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Divinópolis, ORIENTAÇÃO Nº. 01/13. Diretrizes Operacionais Para a Organização Pedagógica das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Divinópolis/MG**

ESCOLA DE GESTORES – MEC. **Avaliação da aprendizagem, avaliação institucional e gestão escolar: a síntese necessária.** Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em: 26/10/2013.

FREITAS, Luiz Carlos de. CICLO OU SÉRIES? O que muda quando se altera a forma de organizar os tempos-espacos da escola? GT 13 – 27ª Reunião Anual da ANPED, 2004. Disponível em: [WWW.anped.org.br](http://WWW.anped.org.br). Acesso em; 10/07/2013.

GADOTTI, Moacir. **Desafios para a era do conhecimento.** Texto da coleção Memória da Pedagogia, revista Viver Mente & Cérebro, publicado com exclusividade na internet pelo Portal Estadão.

GADOTTI, Moacir. **Desafios para a era do conhecimento.** Texto da coleção memória da Pedagogia, revista Viver Mente & Cérebro, publicado com exclusividade na internet pelo Portal Estadão.

Lei Nº. 9.394/1996 – Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Editora do Brasil S/A, pág. 7, 9, 10.

NAVARRO, Ignez Pinto (et al.). **Avaliação: o processo e o produto -2010.** Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>, Acesso em:26/10/2013.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do projeto Político Pedagógico (PPP) da escola.** 2010. Disponível em: [moodle3.mec.gov.br/ufmg](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg). Acesso em: 10/08/2013.

OLIVEIRA, João Ferreira de; MORAIS, Karine Nunes de; DOURADO, Luiz Fernandes. **Conselho Escolar e Autonomia: Participação e Democratização da Gestão Administrativa, Pedagógica e Financeira da Educação e da Escola.** Disponível em : <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?id=12904>. Acesso em: 05/05/2013.

QUARESMA, Adilene Gonçalves. Artigo: **Projeto Político Pedagógico.** Revista Presença Pedagógica, p.12/17. V.18. nº.104. março/abril. 2012.

SANTOS, Lucíola Licínio Paixão, PARAISA, Marlucy Alves. **O Currículo como instrumento de viabilização do direito.** Disponível em: [moodle3.mec.gov.br/ufmg](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg). Acesso em. 05/05/2013.

SILVA, Maria Carolina da. **Currículo: algumas organizações possíveis.** Revista. Presença Pedagógica. V.17.nº.98. mar/abr.2011

SOUZA, Ângelo Ricardo (et al.). **Avaliação institucional: a avaliação da escola como instituição – 2010.** Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em:26/10/2013.

SOUZA, Ângelo Ricardo de et Al. **Caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola.** Disponível em: [moodle3.mec.gov.br/ufmg](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg). Acesso em: 10/08/2013.

VICHI, Ana Paula Cardoso. **O Behaviorismo, a educação e a desinformação.** [Paula.vichi@gmail.com](mailto:Paula.vichi@gmail.com).

WITTMANN. Luis Carlos. **Autonomia da Escola e Democratização de sua Gestão: novas demandas para o gestor.** Disponível em: [WWW.scileo.br/pdf/cp/n114/a01n114.pdf](http://WWW.scileo.br/pdf/cp/n114/a01n114.pdf). Acesso em 14/04/2013.

## ANEXOS

## Anexo I

PLANO CURRICULAR – 2013 - ENSINO FUNDAMENTAL																			
<b>ESCOLA MUNICIPAL JOAO SEVERINO DE AZEVEDO</b> <b>ENDEREÇO: Rua Joaquim Manoel Pereira 920 Davanuzé</b> <b>MUNICÍPIO: Divinópolis/MG</b> <b>DIAS LETIVOS ANUAIS: 200</b>								Carimbo da Escola											
<b>Semanas Letivas Anuais: 40</b> <b>Módulo Aula: 50 minutos</b>				<b>Recreio Diário: 20min</b> <b>Dias Semanais: 05</b> <b>Duração do Turno: 4h 30</b>															
Componentes Curriculares	ANOS INICIAIS										ANOS FINAIS								
	Ciclo da Alfabetização					Ciclo Complementar					6º Ano		7º Ano		8º Ano		9º Ano		
	1º Ano		2º Ano		3º Ano		4º Ano		5º Ano		AS	CH	AS	CH	AS	CH	AS	CH	
	AS	CH	AS	CH	AS	CH	AS	CH	AS	CH	AS	CH	AS	CH	AS	CH	AS	CH	
Base Nacional Comum	Língua Portuguesa	05	166h40	05	166h40	05	166h40m	05	166h40h	05	166:40	05	166h40	05	166h40	05	166h40	05	166h40
	Matemática	06	200h	06	200h	06	200h	06	200h	06	200h	05	166h40	05	166h40	05	166h40	05	166h40
	Geografia	03	100h	03	100h	03	100h	03	100h	03	100h	03	100h	03	100h	03	100h	03	100h
	História	03	100h	03	100h	03	100h	03	100h	03	100h	03	100h	03	100h	03	100h	03	100h
	Ciências	03	100h	03	100h	03	100h	03	100h	03	100h	03	100h	03	100h	03	100h	03	100h
	Educação Física	02	66h40	02	66h40	02	66h40	02	66h40	02	66h40	02	66h40	02	66h40	02	66h40	02	66h40
	Arte	01	33h20	01	33h20	01	33h20	01	33h20	01	33h20	01	33h20	01	33h20	01	33h20	01	33h20
Ensino Religioso	01	33h20	01	33h20	01	33h20	01	33h20	01	33h20	01	33h20	01	33h20	01	33h20	01	33h20	
Parte Diversificada	L.E. M. Inglês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	02	66h40	02	66h40	02	66h40	02	66h40
	Literatura	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33h20	01	33h20	-	-	-	-	-	-	-	
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>833h20</b>	<b>25</b>	<b>833h20</b>	<b>25</b>	<b>833h20</b>	<b>25</b>	<b>833h20</b>	<b>25</b>	<b>833h20</b>	<b>25</b>	<b>833h20</b>	<b>25</b>	<b>833h20</b>	<b>25</b>	<b>833h20</b>	<b>25</b>	<b>833h20</b>	

Observações:

1- A História e a Cultura Afro-Brasileira e Indígena será integrada a História e Geografia - (Lei Federal nº 11645/2008).

2- Os Estudos sobre Direitos Humanos permearão todos os conteúdos curriculares (Lei Estadual nº 12767/1998).

3- A Educação Ambiental permeará todos os conteúdos curriculares (Lei Federal nº 9793/1999).

4- A Educação Física permeará todos os conteúdos curriculares (Lei Municipal nº 6706/2007).

5- Lei 11.325/07 – Direito das Crianças e Adolescentes permeará todo Currículo.

Divinópolis, 28 de dezembro de 2012

Diretor

Dinâmica Escolar - SEMED

# Anexo II

CALENDÁRIO - 2013 - Ensino Fundamental -																																									
Escola Municipal João Severino de Azevedo																																									
<b>JANEIRO</b>							<b>FEVEREIRO</b>							<b>MARÇO</b>							<b>ABRIL</b>																				
LEGENDA																																									
Início e término do ano escolar Início e término do ano letivo Recesos e feriados							Férias Dia Letivo Dia Escolar							Dia Letivo Integrador Dia Nacional da Consciência Negra - Lei: 10.639/03 Eleição de Diretores																											
< 1º SEMESTRE >														< 2º SEMESTRE >														TOTAL GERAL													
Dias Escolares							Dias Letivos							Dias Escolares							Dias Letivos							Dias Escolares							Dias Letivos						
04							111							05							89							09							200						
Assinatura/Carimbo Diretor(a)														Assinatura Dinâmica Escolar																											